

Boletim Informativo CAO.EDUCAÇÃO

12.2023



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	6
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	10
OUTRAS NOTÍCIAS.....	11
NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	15

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT



Semana Cultural abre atividades da Biblioteca do MPMT

Centro cultural: a Biblioteca Attilio Ourives é o mais novo espaço cultural em Cuiabá, que visa atender, além dos membros, servidores e estagiários do MPMT, toda a comunidade externa. Com um acervo de mais de 1.200 obras, entre livros físicos e digitais nas áreas de Direito, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Ciências Sociais, que podem ser emprestadas mediante cadastramento prévio. Ao público geral e comunidade externa, será permitida a utilização do espaço físico e consulta bibliográfica no local, sendo vedado o empréstimo domiciliar.



Execução dos planos de educação é tema de reunião do Fiape



Integrantes do Fórum Intersectorial de Acompanhamento dos Planos de Educação (Fiape) se reuniram na Sede das Promotorias de Justiça da Capital, na tarde de terça-feira (7). A pauta da reunião, último encontro do ano de 2023, foi o acompanhamento da execução dos planos de educação nos âmbitos estadual e municipal, de modo a contribuir para garantia e defesa dos direitos de todos os cidadãos quanto ao acesso à educação de qualidade. Participaram da reunião representantes da SME; SMECEL; Undime-MT; Seduc-MT; FEE; AMM; Sintep; Simprotec-MT; CME; CEAE-MT; Fundeb; e Câmara dos Vereadores de Cuiabá.

Novo padrão de qualidade de escolas é apresentado ao MPMT

Oito meses após a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta que priorizou a construção de soluções autocompositivas para melhoria da estrutura do sistema educacional estadual, o procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, e o promotor de Justiça Miguel Slhessarenko Júnior visitaram obras de duas escolas que estão sendo reformadas na capital a partir de um novo padrão de qualidade. No TAC foi contemplada a reforma, ampliação e/ou a construção de cinco escolas neste novo modelo.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPBA promove curso de aperfeiçoamento em educação](#)



O Ministério Público da Bahia (MPBA) estadual iniciou na manhã desta segunda-feira, dia 30, um curso de aperfeiçoamento em educação com a participação de promotores de Justiça e servidores da Instituição. A programação foi aberta com a palestra ‘Educação no Brasil: avanços e retrocessos’, que foi ministrada pelo jornalista Antônio Correia de Melo Goes. *“O MP está unido com os órgãos de segurança pública no combate aos índices de criminalidade que assolam nosso Estado. E para fortalecer a segurança pública, o melhor caminho é trabalhar a educação de qualidade para todos, além de fortalecer a atuação dos promotores de Justiça que atuam na área de educação”*, destacou a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti.

[1º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa discute a cultura da paz na educação escolar](#)

Aconteceu na Assembleia Legislativa de SC (ALESC) o 1º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa, evento promovido pelo Grupo Gestor da Justiça Restaurativa em Santa Catarina (GGJR-SC), do qual o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) é um dos integrantes. A edição inaugural do evento deu ênfase a reflexões sobre a cultura de paz na educação escolar. Um dos assuntos do painel será o projeto Escola Restaurativa. A iniciativa busca fortalecer a prevenção, resolução e transformação de conflitos e problemas nas escolas municipais e estaduais de Santa Catarina. Além disso, visa contribuir com a disseminação da cultura de paz e prevenir a judicialização de demandas no âmbito escolar.



[MPRJ encerra evento sobre prevenção e enfrentamento da violência em escolas](#)



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB/MPRJ), realizou, de forma híbrida, o encerramento do evento “Escola Segura - Prevenção e Enfrentamento da Violência nos Estabelecimentos de Ensino”. A abertura foi feita pelo promotor e diretor do IERBB, Leandro Navega, e pela promotora de Justiça Luciana Rocha De Araújo Benisti.

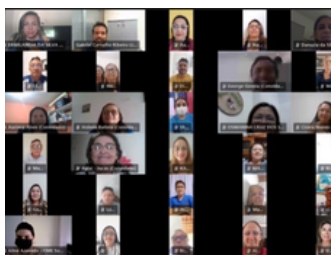
Inserção da pessoa idosa no ambiente educacional foi tema da 7ª Jornada do Nupid no MPCE

O auditório da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), recém-inaugurado no prédio das Promotorias de Justiça de Fortaleza, recebeu a 7ª edição da Jornada do Núcleo de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nupid). A manhã de atividades, cujo tema era “A inclusão da pessoa idosa no sistema educacional”, contou com a presença de estudantes do curso de Direito da Universidade de Fortaleza



(Unifor), de promotores de Justiça, de membro da Defensoria Pública estadual e de representantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). A programação da 7ª Jornada do Nupid incluiu ainda a visita guiada de 40 idosos à Exposição “Memórias de Permanência”, no Pátio da Biblioteca da Unifor.

MPCE promove oficina sobre o ensino obrigatório de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas



O Ministério Público do Ceará (MPCE), em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Educação (Caoeduc) e a seção cearense da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), promoveu a oficina virtual “*O projeto político-pedagógico e a implementação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08*”. O encontro teve o objetivo de oferecer ferramentas

para que os Conselhos Municipais de Educação monitorem a adequação dos projetos político-pedagógicos das escolas ao que determinam as normas para a educação das relações étnico-raciais. A ação, que faz parte do projeto “SANKOFA – Mapa da Educação das Relações Étnico-Raciais no Ceará”, teve carga horária de quatro horas e contou com 120 participantes.

MPAC se reuniu com representantes de escolas privadas para discutir regularidade das instituições

O Ministério Público do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Educação, reuniu-se com representantes das escolas particulares de Rio Branco. O objetivo foi debater a conformidade dessas instituições de ensino e o cumprimento da legislação referente à educação especial. Na reunião, o promotor de Justiça Ricardo Coelho, titular da Promotoria Especializada em Defesa da Educação, enfatizou a necessidade de discutir a regularidade no funcionamento das unidades de ensino básico da rede privada.



Em Porto Nacional, MPTO discute estratégias para regularizar a oferta de ensino na Escola Padre Luso Matos

O Ministério Público do Tocantins (MPTO), por meio da 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, realizou audiência para discutir a regularização da oferta de ensino na Escola Municipal Padre Luso Matos, para o ano letivo de 2024, após a ameaça de fechamento da unidade escolar. A audiência foi conduzida pelo promotor de Justiça Luiz Francisco de Oliveira,



e contou com a presença da secretária municipal de educação de Porto Nacional, Joana Neres, e de membros da comissão técnica composta por integrantes do Município, da Câmara de vereadores, do Conselho Municipal de Educação, da Escola Municipal Padre Luso Matos e da comissão de pais de alunos.

MPRO apura paralisação de transporte escolar em Ji-Paraná e requer providências para retomada urgente do serviço



O Ministério Público de Rondônia está apurando a paralisação do transporte escolar rural em Ji-Paraná. A 3ª Promotoria de Justiça da comarca requisitou da Administração Municipal, em caráter de urgência, informações sobre o contrato firmado junto à empresa operadora, estado de conservação dos ônibus e as medidas adotadas para a retomada das atividades, a fim de que os estudantes não sejam prejudicados. O serviço foi suspenso pela contratada, sob a alegação de falta de pagamento por parte do Município.

Estrutura do Ministério Público e sua atuação para garantir a educação inclusiva são temas do projeto MP em Debate Acadêmico

A estrutura, atribuições do Ministério Público de Rondônia (MPRO) e a importância da Instituição para garantir o acesso à educação foram temas tratados nesta semana durante o projeto MP em Debate Acadêmico, em Porto Velho e Ariquemes. A Promotora de Justiça Luciana Ondeí Rodrigues Silva, coordenadora do Grupo de Atuação Especial da Educação (GAEDUC) palestrou na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na capital. Durante a noite ela tratou sobre a *"Importância da Atuação do MP para Garantir a Inclusão de Alunos com Deficiência na Escola"*, com intuito de discutir os desafios para a efetividade da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.



NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[MPF recomenda que Ministério da Educação assegure transporte de alunos da educação básica de institutos federais](#)

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao ministro da Educação, Camilo Santana, que elabore política pública para assegurar o transporte escolar de alunos da educação básica – educação infantil ao ensino médio – matriculados em institutos federais e que necessitem se deslocar da zona urbana ou rural até o respectivo campus, nos horários de aulas e atividades extracurriculares inerentes à sua formação educacional. No documento, a procuradora da República Júlia Wanderley Vale Cadete recomenda que a medida seja efetivada para estudantes de institutos federais de todo o país, em até 180 dias, com encaminhamento de plano e cronograma ao MPF.



[MPF obtém liminar determinando fim do modelo de ensino por turmas multisseriadas em escolas indígenas de Paragominas \(PA\)](#)



O Ministério Público Federal (MPF) obteve decisão liminar da Justiça Federal determinando o fim do modelo de turmas multisseriadas na rede escolar da Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, na região do Gurupi, no sudeste do Pará. Com isso, a União, o estado do Pará e o município de Paragominas, onde se situa a TI, devem ofertar as séries separadamente, conforme a faixa etária e níveis de conhecimento dos estudantes.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[Fachin diz que TJ contraria STF e manda Corte de MT julgar ação contra redimensionamento de escolas](#)

O ministro Edson Fachin, do STF, mandou o Tribunal de Justiça de Mato Grosso reformar uma decisão e dar seguimento à Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo Ministério Público Estadual contra o redimensionamento das escolas promovido pela Secretaria de Educação Estadual. A ação questiona o artigo 3º do Decreto Estadual nº 723/2020, que transfere a responsabilidade de atendimento integral da demanda dos anos iniciais do Ensino Fundamental para os municípios. O processo havia sido extinto sem julgamento de mérito pela Corte estadual.



[Decisão do STF resultará em corte de R\\$ 856 mi na Educação do DF](#)



A União prevê um corte de R\$ 856 milhões no orçamento destinado à Educação do Distrito Federal, em 2024. O DF é uma das seis unidades da Federação que terão perdas no próximo ano com o novo cálculo de distribuição do salário-educação, a partir de uma decisão da Suprema Corte do Brasil.

Todos os demais estados do país terão ganhos, especialmente os mais pobres.

OUTRAS NOTÍCIAS

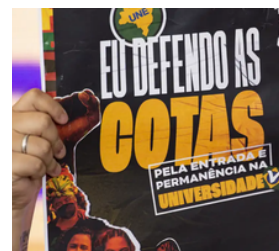
[Escolas descumprem lei e ainda não oferecem educação antirracista](#)



Em 2003, a Lei nº 10.639 foi aprovada pelo Congresso Nacional, prevendo a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos de todas as escolas públicas e privadas do Brasil. De acordo com o IBGE, pretos e pardos respondem por 56% da população brasileira. O objetivo da lei é valorizar o passado e o presente desse grupo que teve e tem um papel decisivo na construção do Brasil. Em última instância, o que a norma busca é criar uma sociedade sem discriminação racial e mais democrática. No entanto, a lei, que já completou 20 anos, ainda não conseguiu cumprir o seu papel, visto que somente 29% das prefeituras (responsáveis pela educação infantil e ensino fundamental) incluem a temática racial de forma satisfatória na grade curricular das escolas municipais. Das prefeituras, 18% ignoram totalmente a história e a cultura da população negra, enquanto 53% só fazem projetos esporádicos e poucos estruturados.

[Atualização da Lei de Cotas inclui quilombolas e reduz teto de renda](#)

A Lei 12.711/2012 instituiu o programa de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, estudantes pretos, pardos, indígenas, oriundos de famílias com renda inferior a um salário mínimo e meio per capita e estudantes com deficiência. Nos termos atualizados, foi reduzido o valor definido para o teto da renda familiar dos estudantes que buscam cota por meio do perfil



socioeconômico. Antes, o valor exigido era de um salário mínimo e meio, em média, por pessoa da família. Com a nova legislação, esse valor passa a ser de um salário mínimo, atualmente em R\$ 1.320. Outras mudanças são: inclusão dos estudantes quilombolas como beneficiários das cotas, nos moldes do que atualmente já ocorre para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (PcDs); o estabelecimento de prioridade para os cotistas no recebimento do auxílio estudantil; e a extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação.

[Acordo entre CNJ e MEC fortalece expansão da Justiça Restaurativa na Educação](#)



A implementação da Justiça Restaurativa nas escolas brasileiras teve hoje novo impulso em todo o país, a partir do acordo de cooperação técnica firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Educação (MEC). O documento foi assinado durante a 17ª Sessão Ordinária de 2023 do CNJ, na tarde do dia 14/11.

Repasse do Salário-Educação a estados e municípios terão mudanças a partir de 2024



A partir de 2024, os critérios de distribuição dos recursos das cotas do Salário-Educação destinadas aos estados, municípios e Distrito Federal sofrerão mudanças. Julgamento da ADPF nº 188, realizado pelo Supremo Tribunal Federal, determina que os repasses passem a ocorrer conforme a proporção entre as matrículas de cada rede de ensino e o total das matrículas da educação básica pública, aplicada sobre a arrecadação em âmbito nacional. Com a medida, entes federados mais necessitados receberão mais recursos, em uma redistribuição mais igualitária.

Novo pacto deve retomar obras paralisadas nas áreas da saúde e da educação

Foi publicada a lei 14.719/23, que implementa o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia voltados à educação básica e profissionalizante e à saúde. Por meio desse plano, obras e serviços de engenharia paralisados ou inacabados poderão ser retomados com financiamento do



Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ou do SUS, a partir da manifestação de interesse dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Com a repactuação do financiamento, obras retomadas que já tenham recebido recursos do FNDE ou do SUS deverão ser concluídas em até 24 meses, possibilitando a prorrogação do prazo por mais 24 meses.

Governo anuncia investimento de R\$ 3 bilhões na política de educação inclusiva até 2026



O governo federal anunciou um investimento de R\$ 3 bilhões na política de educação inclusiva nas escolas até 2026. Um plano de afirmação e fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) foi apresentado no Palácio do Planalto.

Comissão aprova projeto que estabelece critérios para a expansão da educação infantil

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei segundo o qual a expansão da educação infantil deverá ser feita mediante planejamento que assegure a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedeçam a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação.



Retomada de Obras: novo prazo para manifestação de interesse teve início no dia 27/11



Começou no dia 27/11, e vai até o próximo dia 8 de dezembro, o prazo para que estados, municípios e o Distrito Federal manifestem interesse em retomar obras da educação básica e profissionalizante paralisadas e inacabadas em seus territórios. Todo o processo deve ser feito via Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (Simec). As condições estabelecidas para novas repactuações estão detalhadas na Resolução nº 27, publicada no Diário Oficial da União (DOU) pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

MEC define diretrizes para ampliar matrículas em tempo integral

O Ministério da Educação (MEC) publicou, no Diário Oficial da União, a Portaria n. 2036/2023, que apresenta as diretrizes pedagógicas para a ampliação das matrículas de tempo integral pelos estados, pelo DF e pelos municípios brasileiros que aderiram ao Programa Escola em Tempo Integral. O Programa, instituído pela Lei nº 14.640/2023, prevê o apoio financeiro e técnico da



prevê o apoio financeiro e técnico da União aos entes da Federação para ampliarem matrículas de tempo integral. A Portaria também reitera o compromisso do MEC com a assistência técnica às secretarias de educação, com vistas a aumentar suas capacidades institucionais e autonomia na promoção da educação em tempo integral, na perspectiva da educação integral.

Publicada lei que reforça atuação dos conselhos de alimentação escolar



O presidente Lula sancionou com vetos a lei que determina que estados, DF e municípios forneçam verba e condições para o pleno funcionamento do conselho de alimentação escolar. Publicada no Diário Oficial da União, a Lei 14.734/2023 teve origem no PLC 90/2018, aprovado pelo Senado em outubro. O texto prevê que todos os entes federados forneçam instalações físicas, recursos humanos e financeiros que possibilitem o pleno

funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população. No entanto, foram vetados trechos da matéria. Um deles estabelecia competência para estados, Distrito Federal e municípios complementarem, por lei local, as normas referentes à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), na respectiva jurisdição, e fixava os elementos sobre os quais essas normas deveriam dispor.

Estudantes do ensino médio terão poupança para permanecer na escola



O governo federal criou o programa de bolsa permanência e de poupança para estudantes de baixa renda que estão no ensino médio, para incentivar a permanência e conclusão dos estudos pelos jovens. Para isso, será criado um fundo especial em que a União deve aportar até R\$ 20 bilhões. A Medida Provisória nº 1.198, de 27 de novembro de 2023, por ter força de lei, já está em vigor, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em 120 dias para não perder a validade.

Programa de vacinação em escolas é aprovado pela CAS

Um programa nacional de vacinação em escolas públicas poderá ser implementado no Brasil em breve. O Projeto de Lei (PL) 826/2019, que institui a medida, foi aprovado nesta quarta-feira (29) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seguiu para análise da Comissão de Educação (CE), à qual caberá a decisão final. A matéria é de autoria da Câmara dos Deputados e obteve relatório favorável do senador Humberto Costa (PT-PE)



NOVIDADES LEGISLATIVAS

[LEI Nº 14.734, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023](#) - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

[PORTARIA Nº 2.036, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023](#) - Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

[RESOLUÇÃO Nº 27, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023](#) - Dispõe sobre as repactuações entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e os entes federativos no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.198, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023](#) - Institui poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio.



www.mpmt.mp.br